ASSEMBLEIA MUNICIPAL

DE

PAREDES DE COURA

ATA N.º 01/2020
(Mandato 2017/21)

DA SESSÃO EXTRAORDINÁRIA REALIZADA NO DIA 24 DE JULHO DE 2020

CONTÉM 19 PÁGINAS

ATA N.º 01/2020 (MANDATO DE 2017/2021) DA SESSÃO EXTRAORDINÁRIA REALIZADA NO DIA 24 DE JULHO de 2020, INICIADA ÀS 21H00 E CONCLUÍDA ÀS 23h15.

Sumário Páginas

= ABERTURA = ... 3

= PERÍODO DA ORDEM DO DIA =..... 4

DESCENTRALIZAÇÃO DE COMPETÊNCIAS NAS FREGUESIAS..... 4

DECLARAÇÃO DE INTERESSE MUNICIPAL DE PROJETO DE AMPLIAÇÃO DA ZIF 13

AUTORIZAÇÃO PRÉVIA DA AM PARA ASSUNÇÃO DE COMPROMISSO PLURIANUAL 16

ASSUNÇÃO DE COMPROMISSO PLURIANUAL – TRANSPORTES ESCOLARES..... 16

= ENCERRAMENTO =..... 19

= ABERTURA =

------- No dia vinte e quatro do mês de julho do ano de dois mil e vinte, no Salão Polivalente do Agrupamento de Escolas de Paredes de Coura, sob a presidência de José Augusto de Brito Pacheco, secretariado por Luísa Maria Gomes de Castro e Perfeita Barreiro de Araújo Esteves, primeira e segunda secretárias, respetivamente, realizou-se uma sessão ordinária da Assembleia Municipal, nos termos do disposto no artigo 27.º da Lei n.º 75/2013, de 02 de dezembro, convocada pelo edital do dia catorze do mês de julho do ano de dois mil e vinte. ----------

------- Registou-se a falta dos seguintes membros: Filipe Alexandre Barbosa Ferreira (PS); José Augusto Amorim Oliveira (PS); Palmira Ribeiro da Costa (PS); Tiago Filipe Soares Castro de Sousa; (PS); Sónia Guida da Silva Araújo (PPD/PSD); David Jorge Pires Saraiva (Independente) presidente da junta da freguesia de Rubiães; Manuel Fernando Vaz Barbosa (PS) presidente da junta da freguesia de Padornelo que nos termos legais, procederam à respetiva justificação. ----------

------- Efetuada a chamada registou-se a presença dos seguintes membros: José Augusto Brito Pacheco (PS); Luísa Maria da Costa Gomes de Castro (PS); Manuel Pinheiro Monteiro (PS); João Manuel da Cunha (PPD/PSD); Perfeita Barreiro Araújo Esteves (PS); Joaquim Felgueiras Lopes (PS); Iolanda Maria Cerqueira Pereira (PS); Ricardo Carlos de Sousa Marinho (PPD/PSD); Eduardo Daniel Esteves Cerqueira (PS); Celina Araújo de Sousa (PCP/PEV); Elisabete Dantas Afonso Rodrigues (PS), Rosalina Maria Barbosa Martins (PS), Jorge Santos da Rocha (PS), presidente da junta da freguesia de Agualonga; Celestino Rodrigues (PS), presidente da junta da freguesia de castanheira; Luís Miguel Barbosa Montenegro (PS), presidente da junta da freguesia de Coura; Manuel Lopes Fernandes (PS), presidente da junta da freguesia de Cunha; Bruno Miguel Amorim Araújo (PS), presidente da junta da freguesia de Infesta; Armando Alves Araújo (PS), presidente da junta da freguesia de Mozelos; José Alberto Rosas Mota (PS), presidente da junta da freguesia de Parada; António José de Sousa Alves (PS), presidente da junta da freguesia de Romarigães; Sérgio Miguel Barbosa da Costa (PPD/PSD), presidente da junta da freguesia de Vascões; Armando Ferreira Feijó (PS), presidente da união das freguesias de Bico e Cristelo; Laurentino Manuel Pereira Alves (Independente), presidente da união das freguesias de Cossourado e Linhares; António Soares Gonçalves Pereira (PS), presidente da união das freguesias de Formariz e Ferreira; Moisés Barbosa Vaz Loureiro (PS), presidente da união das freguesias de Insalde e Porreiras; Cláudia Isabel de Morais Pires de Lima (PS), presidente da união das freguesias de Paredes de Coura e Resende.----------

------- Do presidente da Câmara – Vítor Paulo Gomes Pereira, e dos vereadores: Tiago Manuel Pereira da Cunha (PS); Maria José Brito Lopes Moreira (PS); Vítor Manuel Rosas da Silva (PS) e Sérgio de Sousa Caselhos (PS). ----------

Substituições:------ ----------

------- Manuel Fernando Vaz Barbosa (PS), presidente da junta da freguesia de Padornelo foi substituído por Maria Luísa Sá, secretária da junta da freguesia de Padornelo. ----------

------- Sónia Guida da Silva Araújo (PPD/PSD) foi substituída por José Augusto Viana de Sousa. -------

------- Tiago Filipe Soares Castro de Sousa (PS) foi substituído por Manuel Miranda. ----------

= PERÍODO DA ORDEM DO DIA =

O Presidente da Assembleia, verificando haver *quorum,* declarou aberta a sessão. ----------

DESCENTRALIZAÇÃO DE COMPETÊNCIAS NAS FREGUESIAS

Ponto n.º 01 –Apreciação, discussão e votação da proposta de recusa de descentralização de competências nas freguesias, fixadas no nº 1, artigo 2º, do Decreto-Lei nº 57/2019, de 30 de abril, para o ano de 2021.----------

Presidente da Câmara: *em relação ao presente ponto da ordem de trabalhos, não é a primeira vez que o mesmo vem a esta assembleia. Já em 2017 foram aprovadas algumas transferências de competências para as freguesias. No entanto, estas são competências de uma outra abrangência e de uma outra complexidade. Como sabemos, muitas das juntas freguesias não dispõem de recursos, quer físicos quer humanos, para responder às necessidades inerentes às competências que o poder central quer delegar ou transferir. Também consideramos que a dimensão das freguesias e a sua proximidade à sede do concelho proporcionam ou acabam por proporcionar uma maior concentração, uma vez que os critérios de proporcionalidade e de racionalidade económica acabam por evitar a dispersão tanto de meios humanos, como de meios técnicos e até de dinheiro. Portanto, acho que não faz muito sentido aceitar essa transferência porque acaba por agravar os custos para o orçamento municipal, sem trazer vantagens objetivas para os cidadãos. Em síntese, acabaria também por representar uma autêntica revolução no próprio modus operandi das juntas que já fazem um trabalho de proximidade e um trabalho muito específico. Não sei se leram com atenção todas as competências, alguma delas são de alguma complexidade, exigindo também dotação financeira. De certo modo, está aqui uma crítica explicita à maneira como foi feito o diploma que enquadra a transferência das competências.* ----------

Todos sabemos que as competências são muito abrangentes e complexas, mas a dotação financeira acaba por não as acompanhar. Das transferências efetuadas para o Município de Paredes de Coura, algumas foram aceites, porque do ponto de vista estratégico são importantes para o concelho, mas em relação a outras declinámos essa possibilidade, porque representavam, além da complexidade, uma dotação financeira que não estava prevista. No fundo, teríamos mais dinheiro, mas não teríamos garantias de eficiência e nem, por assim dizer, um benefício direto palpável para os cidadãos.----------

Depois, também em conversas com algumas juntas de freguesia, estas reconheceram que não estão reunidas as condições para tomarem uma decisão deste âmbito, de aceitar as novas competências, e foram unânimes em referir a insuficiência e até a ausência de meios técnicos e humanos necessários para que o exercício da maioria das competências seja feito com eficiência. Se, entretanto, o quadro

mudar e se a dotação financeira for reforçada, obviamente que estaremos aqui disponíveis para receber o novo diploma e para o analisar. ----------

João Cunha: *apenas quero dizer que gostaria que na ata as declarações do Presidente da Câmara devem ser textuais, porque manifestou a falta de apoio às freguesias durante este tempo em que tomou posse enquanto presidente do município. Era só isto.* ----------

José Augusto Sousa: *o que estamos aqui a votar, de acordo com o que está na ordem do dia, é estritamente a questão da passagem das competências explicitadas no nº1 do artigo 2 da Lei nº 57/2019. Na deliberação da Câmara Municipal, há uma quantidade destas ações que já são hoje executadas pelas juntas de freguesia. A lei diz também nos seus artigos 5º e 6º, que é obrigatória a audição expressa da junta de freguesia. Gostaria de saber se todas as juntas deliberaram e se pronunciaram estar contra a transferência de competências. Só após essa deliberação pode o assunto vir à assembleia para se deliberar. Este é um primeiro ponto. Não vi, na deliberação da Câmara, explicitado de que foram ouvidas as juntas de freguesia e que todas as juntas de freguesias se manifestaram contra a transferência de competências. Sou um acérrimo defensor das autarquias locais e sou um acérrimo defensor de que quanto mais descentralizadas estiverem as competências e quanto mais próximas do cidadão com mais eficácia exercemos essas competências. Não estou a favor de que se vote exatamente contra a transferência de competências. Para ser mais explícito, eu defendo a transferência de competências, defendo a descentralização administrativa. Estranho que, sendo uma lei aprovada com larga maioria, 2/3 da assembleia da república, que se vai tornar obrigatória daqui a ano e meio ou daqui a dois anos, o senhor Presidente da Assembleia já ache que tendo sido votado pelo PS e pelo PSD não entra em vigor em 2021. Vai haver uma prorrogação especial ou uma anulação ou revogação antes de entrar em vigor. Há um acordo entre o PS e o PSD. Votaram a favor na assembleia da república, uma das poucas medidas de regime que foram implementadas na anterior legislatura, e, portanto, eu, como sempre fui um defensor do poder local, de que devem ser mais próximos da população, não posso estar de acordo com a recusa de transferências de competências. Depois há um outro facto, aquilo que estamos aqui a discutir é exclusivamente a recusa de transferências de competências da Câmara para as juntas e muitas das competências que a própria Câmara assume que as juntas já fazem e que toda a gente sabe que fazem. Há depois uma agravante estratégica e eu acho que é um erro absoluto não se aproveitar esta oportunidade que é o pacote financeiro que sai dos cofres do município. Se calhar é por isso que as câmaras estão todas contra ou quase todas! O valor a transferir pode ser negociado com as juntas de freguesia. E do ponto de vista estratégico, não valeria mais nós hoje estudarmos o custo desses serviços, definirmos o pacote e aprovarmos e, depois, em 2021 já tínhamos as contas feitas? Já não íamos estar dependentes daquilo que o Estado central disser e do que vai ser necessário. Em vez de sermos nós a definir aquilo que vamos transferir, a quantidade que vamos transferir, até o número de empregados que vamos transferir, vamos abdicar dessa competência, desse poder de decisão ou temos medo de transferir isso*

ou não dá jeito transferir isso, só para poder continuar a controlar? Estrategicamente, na minha opinião, é um erro não aproveitarmos esta oportunidade de irmos aprendendo, no tempo que falta, até ao final da legislatura, de construirmos o pacote financeiro que queremos que as juntas tenham para executar estas competências, para ganharem dimensão, para justificar ainda mais aquilo que fazem bem. Não estamos nós aqui só porque assim nós deixamos de ter o poder sobre as juntas não estamos nós aqui a perder a oportunidade estratégica e não estamos nós a sujeitar aquilo que daqui a dois anos em Lisboa num gabinete que não conhece nada venha a decidir? Como é que os presidentes da junta podem ir depois à freguesia, eu até podia ser eu a fazer isso, mas não quis fazer, porque segundo a lei tem que haver uma reunião entre a junta e a Câmara para definir o pacote financeiro a transferir.----------

A lei até está muito clarinha, uma reunião entre a junta e a câmara para decidir. Se não houver acordo, a junta propõe à câmara um montante que esta não pode alterar e que tem de levar à Assembleia Municipal para votar. Portanto eu volto a dizer, estrategicamente, para além da questão política, de quanto mais próximo estiver da população, quanto mais recursos pusermos nas juntas mais trabalho eles conseguem fazer e ficam com mais capacidade de multiplicação de trabalho, tal e qual quanto conheço nas câmaras. Por outro lado, podíamos estar a mandar e saber o que é que queremos transferir e depois vamos levar com isto em 2021. Estrategicamente é um absurdo não aproveitar esta oportunidade. ----------

Presidente da Câmara*: a Câmara Municipal não tem problema nenhum com as juntas de freguesia e, de facto, para responder ao João Cunha, é simples, as atas têm de ser fiéis. De facto, foi aquilo que eu disse de forma objetiva e que não foi nada daquilo que o senhor compreendeu, mas isso também é costume, não sei se por estratégia, ou mesmo por incompreensão. ----------*

Em relação à intervenção de José Augusto Sousa, há partes que eu subscrevo, obviamente que sim, não há aqui nenhum problema. Vocês sentem alguma fricção, algum ciúme relativamente à transferência de competências. Em relação às juntas, não, pelo contrário, vocês até são prejudicados na maior parte das vezes. Podem ter a certeza de que o dinheiro que nós vos transferimos não chega para custear e financiar tudo o que as juntas fazem. Portanto, não é esse o problema e, de facto, nós de uma forma informal já falámos com a maior parte dos presidentes da junta e, obviamente, que aquele formalismo, de que o Dr. José Augusto falou, não é fácil e que será feito na altura certa, porque também é evidente que, da muita informação que está em discussão, vocês não têm conhecimento e a maior parte das câmaras não a aceita, porque o Governo acaba por sub-orçamentar. Ou seja, o Governo é exímio no seu objetivo de definição de competências, só que não transfere as verbas equivalentes. Se aceitássemos essa situação transformar-nos-íamos em tarefeiros do próprio Estado. -

O Dr. José Augusto já disse que a maior parte das câmaras não aceitou a transferência de competências. Do ponto de vista ideológico até posso informar que são mais do PSD do que do PS. Já está agendado um conjunto de reuniões na Administração Interna e na Coesão Territorial, juntamente

com a ANMP, para negociar a transferência de mais dinheiro, porque as competências até as podemos transferir amanhã, só que não faz sentido transferir competências sem o respetivo envelope financeiro. Sabemos que, do ponto de vista prático, a proximidade acaba por não revelar o serviço, mas muitos presidentes de junta financiam e realizam trabalho da competência da Câmara. Quantas juntas já ajudaram a Câmara? Muitas. Não há aqui nenhum conflito entre as juntas e a Câmara. O que há é uma concertação e obviamente, como disse, mais vale negociarmos, falarmos em conjunto. Até podemos, obviamente, criar um grupo de trabalho até 2021 para defendermos uma transferência mais real e com um envelope financeiro definido. Podemos estar aqui e aceitar, agora há uma coisa que eu, de esquerda, se calhar compreendo melhor do que as pessoas de direita, é que o orçamento não é elástico e não é possível realizar trabalho e fazer um bom serviço juntos dos cidadãos e prestar bons serviços e com eficácia, sem dinheiro! E se fizéssemos a transferência agora, no fundo estaríamos a enganar a maior parte dos presidentes de junta. É evidente que não sei se vocês viram a complexidade das competências e, em algumas juntas, o que teria acontecido era uma autêntica revolução, porque, por exemplo, há algumas que têm estabelecimentos escolares e outras não, mas até as próprias juntas precisam de algum tempo para se adequarem e para se transformarem, porque isto implica, de facto, uma transformação. Portanto, não há aqui nenhum medo de perder poder, já que não se trata de vocês terem um certo número de competências que nos davam um poder extraordinário, no fundo vocês iriam ser tarefeiros e executar tarefas e os trabalhos que precisam ser feitos não nos dão nenhum poder relevante. Simplesmente é trabalho que tem de ser feito, obviamente, com objetividade e com dignidade, mas não havia aqui nenhum desequilíbrio de poder, porque uma junta ao passar determinada licença não fica com um poder maior do que o que tem. Há competências que de facto devem ser transferidas e o que todos os presidentes de câmara concordam é que nós não nos vamos transformar em tarefeiros do próprio Estado e sem o respetivo envelope financeiro. ----------

É preciso tempo. Se hoje assinássemos todos, sem perguntar pelo envelope financeiro, a Câmara acabaria por vos transferir mais competências de que as que têm, sem a correspondente transferência de dinheiro. ----------

Por isso, isto deve ser um trabalho coletivo. Temos algum tempo, podemos criar um grupo de trabalho com os presidentes da junta, com membros de outros partidos, para que a decisão seja mais sensata. Recusámos competências na altura e admitimos que se, entretanto, as circunstâncias mudassem, estaríamos dispostos a olhar para a nova realidade, só que neste momento o que é preferível é sensatez, porque, de facto, entre as juntas e a câmara tem existido um trabalho de cooperação, um trabalho até de harmonia e não adianta inventar aqui fantasmas a dizer que há algum ciúme ou que a câmara tem medo de perder competências. Não se preocupem porque as câmaras cada vez têm mais poder e vão receber mais poder e o poder é mais macro, ou seja, tem mais a ver com captação de investimento, com decisões estratégicas. A câmara não se torna menos importante, menos poderosa, se perder a competência do licenciamento das queimadas ou de serviços de limpeza ou de reparações de equipamento, não estamos aqui a falar do verdadeiro poder e de poder substancial porque esse

continuará do lado das câmaras e é bom que continue, é a realidade. No fundo, estamos aqui a falar das tarefas e vocês para fazerem tarefas e para controlarem alguns licenciamentos e para fazerem outros trabalhos, eu diria de maior envergadura, têm que ter o correspondente envelope financeiro, caso contrário, estamos aqui a enganar as juntas e nós não estamos aqui para enganar as juntas. Podem crer que o ambiente que nós temos com as juntas é bom apesar de vocês dizerem que é o contrário, é o vosso papel, chama-se política só que não sei se ela colhe muitos frutos. Na realidade, o relacionamento que existe com as juntas é bom, harmonioso e vai continuar assim. ----------

Manuel Monteiro - PS: *vou socorrer-me de um ditado popular que diz "cautela e caldos de galinha nunca fizeram mal a ninguém"! De facto, independentemente da vontade de mostrar serviço, como temos visto aqui, por parte da oposição, o bom senso e a prudência com que o senhor presidente da câmara explanou a posição da câmara, salvaguardando as juntas de freguesia de eventuais trabalhos para os quais devemos ter alguma prudência, é uma posição que subscrevemos plenamente. Mas devo dizer também que, e particularmente, da intervenção do senhor José Augusto, que as juntas de freguesia para além do papel relevante de proximidade que prestam às populações também têm um problema de escala. A sua dimensão e particularmente os concelhos rurais como os do Alto Minho, têm problemas de escala, de dimensão humana, de massa critica, de recursos humanos e de recursos financeiros. Não é à toa que o conjunto de câmaras está organizado numa comunidade intermunicipal e veja-se a escala que essa dimensão supramunicipal permitiu. Sem uma estrutura como a intermunicipal a execução dos quadros financeiros e de projetos, digamos dos fundos estruturais, estariam onde estariam? Isto é um exemplo que mostra que independentemente daquilo que o senhor presidente da câmara sabiamente demonstrou, devemos, de facto, caminhar no sentido de ver quais são as capacidades, as competências daquilo que é possível estruturar em torno das juntas de freguesia para prestarem um serviço público à população, porque transferir por transferir pode de imediato parecer uma grande coisa, mas se não adequarmos a sua dimensão humana, a sua dimensão de recursos e de estruturas próprias para prestar um bom serviço, no limite, teremos a ineficácia desse serviço e um mau serviço à população. Por isso repito, subscrevemos plenamente a posição do senhor presidente da câmara que naturalmente tem o sentir e o pulsar das juntas de freguesia na sua missão quotidiana de trabalho junto da população e de serviço público.* ----------

José Augusto Sousa – PPD/PSD: *bem, ainda vou ver aqui alguns membros do PS a defender que as freguesias ainda se deviam unir mais. Criar menos freguesias para gerar, por um lado, aquilo que elas fazem bem e cada vez melhor e para ganharem dimensão, porque o que foi dito aqui, foi que as nossas freguesias não têm dimensão e quase que não justificam aquilo que são.* ----------
Bem, vamos lá pôr um bocadinho de ordem e temos que ser muito claros. Ou houve engano naquilo a que se propôs na assembleia ou o que nós estamos a discutir hoje não tem nada a ver com o envelope financeiro do Governo para as câmaras municipais, porque o que nós estamos aqui a discutir hoje são transferências de competências da câmara que já recebe o que recebe, para as juntas de freguesia.

Todas as competências que estão aqui a ser transferidas, algumas são exercidas pela câmara, nós já votamos numa outra assembleia as outras competências da Lei nº 50/2018 e dissemos que a não ser que venha o envelope financeiro mas o que está aqui a ser discutido não é nada disso e é preciso ser claro, objetivo, porque o que está aqui a ser proposto é recusar a transferência de competências da câmara para as juntas, mas não se venha com o papão financeiro! ----------

Senhor presidente não pode afirmar, sob o ponto de vista ético, que é por causa do papão do envelope financeiro que votamos contra! Vocês podem ter mil e uma razões contra, mas não é a questão financeira, o que vocês podem querer dizer é que não querem abdicar de gerir este dinheiro a favor das juntas, mas é uma decisão política que transmite objetivamente a confiança que vocês têm na juntas ou não, e transmite, objetivamente, se os senhores são defensores da descentralização ou não, portanto, eu seria claramente, pelas razões já transmitidas, a favor da transferência de competências. Negociaria com cada um dos senhores presidentes da junta o valor necessário para a execução dos serviços, alguns dos quais até já transferidos por protocolo. ----------

Agora há uma outra questão, é que, para nós estarmos aqui a deliberar isto, já as juntas de freguesia tinham de terem deliberado sobre o assunto, porque pode haver a deliberação da câmara a notificar as juntas para se pronunciarem formalmente e só depois é que podia vir à assembleia municipal, com a opinião das juntas, portanto o que nós estamos aqui a discutir é extemporâneo e, não estamos a cumprir a lei e eu não posso pactuar com o não cumprimento da lei.----------

Presidente da Câmara: *quando se diz sim ou não à descentralização, é uma análise muito simplista. Independentemente do seu quadro político, algumas câmaras aceitaram, outras declinaram, conforme estavam preparadas ou não. E, em relação às juntas, quando se faz uma transferência de competências também essas questões devem ser tidas em conta, porque há juntas aqui que são capazes de desempenhar, de executar e até realizar, com grande à vontade, porque tem alguns meios técnicos para o desempenho de determinadas competências. Outras não. Depois, não é uma questão ideológica, porque houve municípios que aceitaram determinadas competências e outros não. Um dos problemas da descentralização, até o próprio Primeiro Ministro já ouviu, em encontros dos autarcas do PS, que é público, diz respeito ao envelope financeiro e de suborçamentação. O Estado tem de reforçar esse pacote para que a dotação financeira para as câmaras seja adequada e quando transferir competências para as juntas, estas não se sintam enganadas. ----------*

De forma simples, pensam que se a câmara transferisse, por exemplo, a autorização das queimadas ou a eliminação dos ninhos de vespas, perderia poder? Ou se passasse, por exemplo, para a junta de freguesia de Rubiães a reparação da escola, obra em execução, perderia poder? Não. É uma questão de meios, de recursos humanos. Nesta altura, por exemplo, para muitas das tarefas, há uma plataforma centralizada. Cada junta teria a sua plataforma? Vamos dispersar recursos? O que eu acho é que vale a pena que se faça um debate e até neste tempo, como o que está a dizer é verdade, não adianta hoje votar contra porque em 2021 elas acontecerão, mas neste tempo de permeio o que temos de fazer é termos uma estratégia e não nos atiramos ao precipício.----------

Alguém pensa que, nas competências transferidas no domínio da educação para os municípios, o dinheiro transferido pelo Estado chega de forma cabal para custearmos todas as despesas? ----------
Mas não podíamos ficar de fora de um setor tão estratégico como o caso da educação. Em determinadas circunstâncias, sem termos competência, acabamos por fazer os trabalhos. Ainda a escola não tinha qualquer tipo de apoio, concorremos a fundos comunitários para mudar as caixilharias, os telhados e não conseguimos fundos, acabámos por desempenhar o papel do Estado. Não é essa a questão, mas o que eu acho é que nesta situação também devemos ser estrategas e se há reuniões que vão decorrer na Associação de Municípios, se há reuniões que vão decorrer com a administração interna e com a coesão social, se há reuniões agendadas com a CIM, devemos aguardar. As juntas muitas vezes acabam por ter poder que nem lhes é delegado, já fazem um trabalho notável, o que nós queremos é que o Estado central reforce os apoios às autarquias, porque o que está a acontecer é que as autarquias estão, cada vez mais, a assumir encargos sem o correspondente envelope financeiro. Não somos Midas, não tocamos nos objetos e eles transformam-se em ouro, não há hipótese. Trata-se de questão de estratégia, de lutar nesta altura, porque a partir do momento em que aceitemos as competências o nosso poder negocial acabou. Não é uma questão de medo, de transferir. As juntas, mais cedo ou mais tarde, acabam por receber mais competências. Até podemos combinar algumas competências que podem ser partilhadas, não somente com uma junta, mas com três juntas depois temos de arranjar o processo e vocês participam nele. Não podem é dizer que a câmara tem medo de dar poder às juntas. ----------
Na realidade, estamos a fazer um trabalho notável com as freguesias, estamos a trabalhar em harmonia com as freguesias. As freguesias vão ter cada vez mais competências, mas também queremos que elas tenham tempo para preparar os recursos técnicos, os recursos humanos, os meios e ter também o correspondente envelope financeiro para a realização das competências com eficácia, com eficiência e em prol do bem comum, senão andamos aqui a brincar às transferências.----------

José Augusto Sousa – PPD/PSD: *em primeiro lugar volto a referir, o Senhor Presidente está a pegar no chavão do medo para tentar justificar tudo e mais alguma coisa. Volto à questão do envelope financeiro, já aqui votamos em relação ao pacote financeiro e aquilo que está previsto na lei que somos contra, salvo se vier acompanhado do envelope financeiro, portanto todo esse trabalho de pressão deve ser feito com essa votação da assembleia municipal. O que hoje estamos a votar exclusivamente é a transferência de competências da câmara para as freguesias, com medo, sem medo, por estratégia, com falta de estratégia. O que está previsto na legislação, após a publicação da lei, é que a câmara tem que notificar as juntas e as juntas têm de se pronunciar e só depois das juntas se pronunciarem é que o assunto pode vir à Assembleia Municipal. Para mim, nessa matéria, a lei parece clara. O que estamos aqui a fazer hoje, sem audição objetiva e formal das juntas de freguesia, é extemporâneo, e como disse, isto não mexe com o grosso dos dinheiros transferidos do FEF, do IMI, da Administração Central para as autarquias de Paredes de Coura. Não devíamos ter nada a temer. As competências, volto a dizer, porventura não era isto que aqui queriam apresentar ou então não foi bem*

trabalhado, porque se fosse trabalhado ter-se-ia cumprido formalmente o caminho a seguir. As juntas tinham apreciado, discutido e escusávamos de estar aqui a ouvir que por um lado as juntas têm competências, outras não têm ou uma coisa ou outra. Todos nós acreditamos, todos nós defendemos maiores recursos para as juntas, agora porque é que devemos manter um conjunto de transferências de envelope financeiro sempre dependente da vontade da câmara, de qualquer câmara, porque não dar essa autonomia direta às juntas, dado que o dinheiro vem todo para Coura. Porque havemos de fazer diferente ou acham que as câmaras gerem melhor que as juntas. Volto a dizer, admito que se possa votar aqui hoje uma moção a dizer na generalidade que defendemos a transferência de competências desde que acompanhado do envelope financeiro, mas eu, quer pela questão legal, quer pela questão política e estratégica não posso votar a favor a recusa de transferências. ----------

Cláudia Pires de Lima - Presidente da União das freguesias de Paredes de Coura e Resende: *a minha intervenção é para dar o testemunho, sem me atravessar em relação aos meus colegas de junta. Não intervim antes porque a junta, à qual presido, é um bocadinho distinta, uma vez que tem uma funcionária a tempo inteiro. Sem sombra de dúvidas que as juntas de freguesia querem ter a autonomia devida, no sentido de poderem também servir o melhor possível os seus "fregueses".* --------
O membro da assembleia José Augusto referiu não ter nada a temer. Eu tenho a temer, mesmo estando em vantagem em relação aos meus colegas, embora tendo um maior número de residentes, de eleitores, no entanto, temos de temer, por isso este tempo de adaptação que ainda temos de um ano é extremamente importante. E tenho a temer porque é importante este período que temos pela frente. Queremos autonomia, queremos ter realmente o trabalho próximo da população para podermos responder o melhor possível, mas temos que ver o outro lado da balança que nos diz que a maioria dos presidentes de junta, e falando até do Alto Minho, não está sequer a meio tempo, ou seja, são pessoas que têm o seu emprego e muitas vezes dão o tempo que têm e que não têm, como é o seu dever, porque ninguém os obrigou a serem presidentes de junta em prol da comunidade e da freguesia. O que quero dizer com isto, é que é muito importante como presidente de junta, e certamente o mais importante, o trabalho de proximidade à comunidade. Se nós estamos cada vez mais encerrados num gabinete, com serviço administrativo, a tratar da sinalização das vespas, às vezes são oito da manhã de domingo e temos as pessoas a ligar porque querem fazer uma queimada e vamos lá tratar para fazer o registo. Se nós cada vez mais estamos nesse serviço administrativo, sem termos os recursos necessários que possam providenciar uma melhor e mais ajustada resposta às solicitações dos nossos "fregueses", ou não damos uma resposta a todas as necessidades ou então, por outro lado, deixamos de ter o trabalho próximo da comunidade. Mesmo assim. com tanto trabalho administrativo já muitas vezes se torna difícil e, volto a frisar, tenho a felicidade de ter uma funcionária a tempo inteiro. É muito importante para nós, e o meu testemunho é mais neste sentido, sem sombra de dúvidas, que todas as autarquias, sejam juntas ou municípios, todas devem ter a sua autonomia. Não digo que não, mas deve ser um processo construído e essa construção deve ser feita em conjunto com o nosso maior parceiro, se me permitem falar assim, que é o município. O senhor

Presidente da Câmara não está a dizer não. Não, vocês não vão ter competências nenhumas em 2021 e eu vou ficar com dinheiro que é vosso. Está apenas a dizer-nos que vamos fazer este percurso em conjunto, vamos caminhar lado a lado para que, realmente, quando seja imposta esta resposta que vocês vão ter que dar à comunidade seja feita, garantindo o que é o vosso trabalho base. Que é a proximidade à comunidade e por outro lado todo o serviço burocrático e administrativo que também vai ser bem feito. Por isso, a minha intervenção é só neste sentido de dar o meu testemunho enquanto presidente da junta, voltando a frisar que tenho aqui alguma vantagem perante a maioria dos meus colegas que não têm um funcionário para tratar dos papéis e de muitos eu própria trato.----------

Presidente da Câmara: *O que está aqui em causa, no fundo, é a racionalidade económica. Ao contrário do que as pessoas pensam, do ano passado para o presente ano não houve grandes mudanças. Os senhores presidentes de junta já tiveram oportunidade de mostrar que era necessário que as coisas fossem feitas de forma estruturada como já o disse a Dra. Cláudia. É uma questão de meios financeiros e também é uma questão de adequar. Dando um exemplo concreto, as juntas passam a licenciar as queimadas, certo? É o presidente da junta que o faz ou é um técnico florestal? Vamos ter vinte e um técnicos? Se calhar, o que iria acontecer era a câmara contratar outro para que o parecer técnico fosse emitido pelo funcionário da câmara. Ou seja, temos de estruturar, temos de coordenar e não se trata de dizer vamos transferir. Já sei que querem transferir para as juntas, porque o PSD entende que a forma de chegar ao poder é fragilizar o poder. Não se trata de fragilizar o poder. Já vos disse, sem lei, todas as juntas aqui representadas, acabam por fazer trabalho da câmara. Quantas vezes nos substituem? Até na questão da vegetação e do controlo da limpeza dos jardins, dos espaços verdes, são muitas vezes as juntas a fazê-lo, até na própria vila. Não há cá ciúme, há trabalho de colaboração.*----------

A proposta é simples, hoje vamos votar nela de forma objetiva e os senhores votam noutro sentido, não há problema. Vamos ter mais tempo, veremos se aquilo que diz se vai concretizar ou não. Se vai haver um reforço de dinheiro para as autarquias, ou não, se se trata unicamente de transferir, porque as câmaras já receberam o dinheiro e as câmaras têm o envelope financeiro suficiente para desempenhar, ou melhor para custear, muitas das competências que hoje estão no seu âmbito e que passaram para a junta de freguesia. É uma questão, eu diria, de estratégia e temos de fazer isso de uma forma paulatina, progressiva e estruturada, para não multiplicar serviços pelas juntas de forma desordenada. O exemplo do técnico florestal é um exemplo muito prático, podemos estar a falar aqui até amanhã e se quer falar outra vez pode fechar o assunto porque eu não vou estar aqui constantemente e toda a noite a referir os mesmos argumentos. Se não concorda com eles, não concorda, se quiser ser o último a falar para ficar com alguma razão tem toda a legitimidade. ----------

"Submetido à votação, foi deliberado, por maioria, com 26 votos a favor; sendo 23 do PS, 1 do PPD/PSD, 1 independente e 1 do PCP/PEV; 2 votos contra do PPD/PSD, com declaração de voto; e 1 abstenção do PPD/PSD, aprovar a proposta----------

José Augusto apresentou declaração de voto com o seguinte teor: "*O voto contra justifica-se pela diferenciação estratégica, do interesse na descentralização de competências para as autarquias locais e juntas de freguesia e também porque não foi mostrada a evidência de ter sido cumprida a legislação antes da votação desta assembleia municipal.* ----------

No termo desta reunião, foi deliberado, por unanimidade, aprovar esta parte da ata em minuta.-

DECLARAÇÃO DE INTERESSE MUNICIPAL DE PROJETO DE AMPLIAÇÃO DA ZIF

Ponto n.º 02 –Apreciação, discussão e votação do pedido de declaração de interesse municipal do projeto de ampliação da Zona Industrial de Formariz. ----------

Presidente da Câmara: *vamos falar sobre os dois pontos, deste e do próximo. Sabemos que a ligação ao parque empresarial de Formariz acabou por trazer à nossa zona industrial uma nova atratividade, mesmo quando vários membros do governo vieram a Paredes de Coura assinar o protocolo (evidentemente que o protocolo não era um ato de consignação). Mas quando falávamos com alguns empresários, acho que é bom sublinhá-lo, perdíamos investimento em Paredes de Coura. Um empresário de uma fábrica, que hoje está em Viana, veio a Paredes de Coura. Entrámos em várias negociações e quando estávamos quase a fechar um acordo, um segundo administrador considerou que a estrada não era aprazível, para não dizer outra coisa, e acabaram por não ir para o parque empresarial de Formariz. Obviamente que, quando começámos a falar da ligação, - no contexto histórico muitas das pessoas de Paredes de Coura não acreditavam -, mas muitos dos empresários quando falávamos com eles, tinham isso em consideração. E, então, a partir daí, à medida que as notícias saíam nos jornais, vários investidores procuraram a Câmara Municipal de Paredes de Coura, porque o parque industrial acabava de ganhar uma nova centralidade. Assim, não havia alternativa, devido aos muitos pedidos das empresas, não ampliar seria irracional e completamente catastrófico, por isso, teríamos de o fazer na área existente.* ----------

Naturalmente que esta ampliação vai acabar por simplificar o investimento. Na altura em que anunciámos as primeiras notícias da ampliação do parque, até parece que éramos criminosos por estar a captar investimento e a criar emprego num contexto em que o desemprego alastrava todos os dias. Agora, é evidente que a ampliação da zona industrial acaba por iniciar um novo ciclo de desenvolvimento e de investimento. É importante também dizer que o novo projeto apresenta um ganho de sete hectares e meio para a zona industrial. Para diminuir os receios dos ecologistas, desses sete hectares e meio, apenas 4,3 hectares é que serão de zona de implantação industrial. Os restantes são para espaços verdes, para enquadramento paisagístico e até para lugares de estacionamento.-----

O senhor presidente da União das freguesias de Formariz e Ferreira sabia que a zona industrial tinha algumas partes a precisar de intervenção para atenuar os riscos de incêndio e facilitar a mobilidade aos carros dos bombeiros. À volta da zona industrial será implantado um anel de dez hectares com árvores autóctones para criar uma faixa vegetal e uma linha de circulação ao espaço envolvente, para minimizar o risco de incêndios e não constituir perigo nem para as fábricas nem para as pessoas.

Naturalmente que isto foi feito quase ao mesmo tempo em que a ligação à A3 avançava. Tivemos a aprovação tardia da candidatura e agora é que a estamos a integrar no orçamento. Poderiam dizer que o podíamos ter feito mais cedo, só que aqui vamos pela certa e não contamos com dinheiro onde ele ainda não está. Em meados de julho, chegou a aprovação da candidatura, no valor de um milhão e oitocentos mil, ou seja, vamos ter uma nova zona industrial moderna, que vai ter uma intervenção com nova entrada, foram planeadas novas saídas, novos parques de estacionamento e até um plano paisagístico para o interior. Esta semana veio o termo de aceitação com as condições do contrato e a obra vai arrancar brevemente. ----------

Foi necessário negociar com a maior parte dos proprietários e até com algumas pessoas que viviam nas imediações da zona industrial. Tem acontecido que as pessoas compreendem a importância do alargamento da zona industrial e, obviamente, a maior parte procurou negociar e procurou obter o melhor acordo. Podemos dizer que conseguimos, através do direito privado, chegar a acordo com quase todos os proprietários. Já temos contratos promessa e escrituras feitas e, brevemente, estarão na nossa posse quase todos os terrenos. Há algumas pequenas parcelas que ainda estamos a negociar, nas quais encontramos alguma relutância por parte das pessoas, e não podemos ficar reféns disso, porque se tivermos 97% da área e faltarem 3% isso pode pôr em risco o próprio projeto. Então, de uma forma estrutural, precisamos da declaração de utilidade pública, porque é esta que enquadra a expropriação, mas antes disso precisamos do seu reconhecimento. Convém dizer que o reconhecimento do interesse público não é uma condição imprescindível, mas é sobretudo um reforço dos nossos intentos e reforça a declaração de utilidade pública. ----------

É evidente que a expropriação pública acaba por ter uma base, se calhar o Dr. Tiago explicava melhor, mas também temos a propriedade, obviamente que é um direito individual e tem, por assim dizer, um usufruto privado. Em circunstâncias extraordinárias, quando estamos a falar do bem comum e estamos a falar do interesse coletivo, é evidente que este tem uma função social, o que não impede nem inibe que a pessoa que é expropriada não tenha direito de uma compensação financeira adequada e justa.

Assim, precisamos da declaração de reconhecimento do interesse público, porque reforça a declaração de utilidade pública, tendente à expropriação. Isto trata-se, por assim dizer, do último recurso. Estamos a negociar e, eventualmente, até podemos chegar a acordo só não podemos é ficar reféns e Paredes de Coura não pode ver impedido um projeto estrutural e coletivo. ----------

Isto não são palavras vãs e acreditem que esta nova ampliação da zona industrial vai ser muito importante, vai representar a criação de muitos postos de trabalho, emprego mais qualificado, até para as exportações é importante e para a carga fiscal em que obviamente iremos beneficiar. Estamos a falar de empresas de grande valor estratégico em que alguns dos investimentos podem ter apoio estatal. Portanto, não se trata de arrogância, trata-se de não abdicarmos de um instrumento que nos pode ajudar e que é utlizado e, nunca se esqueçam disso, utilizado em prol do bem coletivo. Não quer dizer que esta vantagem que podemos ter com a declaração de utilidade pública seja utilizada, ainda não esgotamos todas as formas de negociação com os proprietários. Como já temos o termo de

aceitação, e como se trata de um grande investimento e de um compromisso plurianual, temos de o integrar nas grandes opções do plano, ou seja, temos de integrá-lo no orçamento. ----------

José Augusto Sousa -PPD/PSD: *bem, eu não sei se o senhor presidente quer tentar adivinhar. Mais uma vez aquilo que eu vou dizer, agora apareceu com uma nova qualidade que é a de adivinhar o que os membros vão dizer. Mas pronto, nota-se a diferença quando o senhor presidente acredita naquilo que está a dizer e quando não acredita no que está a dizer. Agora conseguiu estar mais de quinze minutos com entusiasmo, com evidência, com clareza por uma coisa que todos vamos apoiar.* ----------
No ponto anterior quase se engasgava e depois lá pegou na palavra do ter medo para tentar agarrar-se no que tinha à mão. ----------

Presidente da Câmara: *dou-lhe os parabéns porque foi pertinente, mas não quer dizer que o tom das palavras corresponda sempre àquilo que se está a sentir.* ----------

José Augusto Sousa -PPD/PSD: *voltando à questão, obviamente que estamos de acordo com a proposta e, isto sim, também é fazer política e fazer política no seu sentido de mandar, executar, fazer e desenvolver e não só no "blá-blá-blá", portanto estamos de acordo.* ----------
Só uma nota, que agora me podem acusar do ponto de vista profissional e empresarial, não consegui ainda muito bem entender. Ainda hoje soube de um outro concurso público repartido e depois nota-se que nalgumas partes do concurso não temos concorrentes e, conforme está explanado, não se consegue definir o valor total da obra. ----------
Do ponto de vista da economia de escala, seria recomendado procurar agregar os concursos públicos e esta é uma evidência de que se fosse agregado havia preço para tudo e podia ser executado mais rapidamente. Mas pronto, esta é uma opinião que pode ser contestada. ----------

Celina Sousa – PCP/PEV: *relativamente à zona industrial e às questões que se têm levantado, fiz questão, durante a quarentena, de a visitar, para me certificar realmente da plantação que lá existia. Carvalhos e muitos eucaliptos, por isso, não posso defender ecologicamente aquela zona quando está em causa a criação de tantos empregos e quando há por lá tantos eucaliptos. Havia certamente carvalhos e mais árvores cá da zona, mas não eram as únicas.* ----------
Congratulo-me com a plantação que falou, à volta da zona industrial e espero que também seja na parte interior, mas infelizmente aqui a questão económica também é muito importante, principalmente no período que atravessamos em que tanto precisamos da criação de novos empregos que não estejam só ligados à industrial automóvel, mas também abranja outras áreas, para tentarmos de uma forma geral fazer face a outras crises que eventualmente venham. Portanto, espero que sejam feitos estudos de impacto ambiental nas áreas que serão acrescentadas à zona industrial. ----------

Presidente da Câmara: *sobre o concurso único que o Dr. José Augusto falou, às vezes é preferível, para a Câmara, abrir só um grande concurso, mas a legislação em vigor obriga a que a adjudicação de empreitadas acima de determinado valor seja feita em lotes.*

Sobre a parte ambiental aquilo que tem de ser é, se se vão plantar 10 hectares, vão ser 10 hectares. Para a plantação de árvores tínhamos um concurso para um valor base de 150 mil euros só para as arvores à volta, se calhar vamos ter que investir mais, tendo em conta o intuito ambiental e o enquadramento paisagístico. As zonas industriais também têm de ter preocupação ambiental, porque se trata também de desenvolvimento. A nossa zona industrial, aparentemente, antes do alargamento até parecia idílica, mas não, tinha lá problemas estruturais que urge resolver o mais brevemente possível porque, mesmo hoje em dia, com todos os cuidados, o perigo espreita. Temos essa preocupação e uma das melhores formas é criar um círculo envolvente com árvores autóctones e também criar uma área que limite a circulação de veículos pesados para atenderem a circunstâncias mais inesperadas e é esse trabalho que estamos a fazer. A zona industrial, acreditem, vai alargar, mas do ponto de vista ambiental vai ficar melhor e a cumprir a legislação ambiental com maior rigor.----------

O pedido de declaração de interesse municipal do projeto de ampliação da Zona Industrial de Formariz depois de submetido à votação, foi aprovado, por unanimidade.” ----------

No termo desta reunião, foi deliberado, por unanimidade, aprovar esta parte da ata em minuta.-

O membro José Augusto Sousa saiu da sala.----------

AUTORIZAÇÃO PRÉVIA DA AM PARA ASSUNÇÃO DE COMPROMISSO PLURIANUAL

Ponto n.º 03 – Apreciação, discussão e votação da proposta de autorização prévia da Assembleia Municipal para a assunção do compromisso plurianual decorrente da celebração dos contratos de empreitada, ao abrigo do Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de janeiro, na sua redação em vigor, para ampliação e requalificação da Zona Industrial de Formariz. ----------

A proposta de autorização prévia da Assembleia Municipal para a assunção do compromisso plurianual decorrente da celebração dos contratos de empreitada, ao abrigo do Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de janeiro, na sua redação em vigor, para ampliação e requalificação da Zona Industrial de Formariz. ----------

No termo desta reunião, foi deliberado, por unanimidade, aprovar esta parte da ata em minuta.-

O membro José Augusto Sousa regressou à sala. ----------

ASSUNÇÃO DE COMPROMISSO PLURIANUAL – TRANSPORTES ESCOLARES

Ponto n.º 04 – Apreciação, discussão e votação da proposta de autorização prévia da Assembleia Municipal para a assunção do compromisso plurianual decorrente da celebração de

um contrato de prestação de serviços de transporte escolar para os alunos do 1.º Ciclo, ao abrigo do Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de janeiro, na sua redação em vigor.----------

Presidente da Câmara: *podem perguntar por que não avançamos mais cedo, mas o que é um facto é que inicialmente houve tentativas de todos os presidentes de câmaras fazerem contratos mais globais e mais intermunicipais. Estamos num processo de transição com novas concessões, com processos que diríamos difíceis e essa situação acabou por não se realizar. Agora temos de lançar o mais rápido possível o concurso, porque é um concurso internacional e que vai demorar tempo e os nossos meninos não podem chegar a setembro/outubro sem transporte escolar.*----------

Celina Sousa – PCP/PEV: *queria questionar o executivo se o contrato ou concurso salvaguarda o facto de distanciamento social, uma vez que estamos a falar de crianças que não são obrigadas, pelo menos, em contexto escolar a usar máscara. Ou seja, nesse contexto, o distanciamento social é ainda mais necessário e porque estamos a falar de crianças de diferentes turmas, de diferentes anos, que provavelmente na escola vão ter de entrar e fazer diferentes circuitos, diferentes horários e não faz sentido, depois, conviverem dentro do mesmo autocarro, ou seja, não será necessário reforçar a quantidade de minibus existentes para assegurar um serviço de qualidade e que não ponha em causa a saúde das nossas crianças? E depois, questionar, ainda, sobre o assunto de que falei há duas assembleias, se o contrato salvaguarda ou não a obrigatoriedade do uso de sistema de retenção até aos 12 anos ou até 1,5 metro de altura, mesmo qua a lei seja ambígua nesse sentido, porque nós não nos podemos abster no que concerne à segurança das crianças.*----------

O Presidente da Câmara passou a palavra à Vereadora Maria José Moreira. ----------

Vereadora Maria José Moreira: *aquilo que posso responder relativamente a este concurso de autocarros é que, tendo sido concluído um ciclo de três anos, é necessário um novo concurso. Tratou-se de um concurso completamente atípico, uma vez que estamos numa fase especialmente delicada. Isso implica também que, além da transferência de competências que houve para os municípios na área de fiscalização de transportes e de gestão da rede de transportes, mais uma vez esta transferência foi feita sem os respetivos meios necessários. Temos feito esforços e julgo que se tem conseguido. Este concurso foi especialmente delicado porque, como sabemos, neste momento, a lotação dos autocarros é de 2/3, legislação que terá de se cumprir. De qualquer forma, o caderno de encargos deste concurso público internacional inclui a garantia de que o adjudicatário deverá cumprir estritamente aquilo que está na lei à data da realização da operação, isto porque naturalmente neste momento, estamos em 2/3, em agosto poderemos continuar em 2/3 ou passar para lotação completa e, em setembro, poderemos ter só 1/3 por isso é que o concurso é feito por unidade ou seja ao quilómetro e apesar de se fazer uma estimativa de circuitos o que se faz é uma previsão daquilo que poderá acontecer. Naturalmente, o número de alunos inscritos nos transportes poderá sempre*

aumentar ou diminuir, porque muitas vezes os pais inscrevem os alunos e depois não utilizam os transportes e, por vezes, à última da hora acabam por se inscrever nos transportes. A câmara tem tido sempre essa abertura e essa flexibilidade no sentido de corresponder às necessidades das famílias. ---

Está garantido no caderno de encargos o estrito cumprimento da lei em vigência na altura em que a operação se executar, ou seja, previsivelmente no dia 18 de setembro que é o dia previsto para o início do ano letivo em Paredes de Coura. Não sabemos quanto tempo irá durar, esperamos que dure o ano todo, esperamos que corra tudo bem. O que está garantido é que a empresa tem de cumprir rigorosamente aquilo que estiver em vigor na altura, por isso mesmo e, já agora, saliento que há um grande aumento do valor do concurso porque, neste momento, o fator previsibilidade, o fator da higienização extra que tem de ser feita nos autocarros, o fator segurança, a lotação, tudo isso são fatores que conferem a este concurso um caráter muito especial e, por isso mesmo, é que o valor aumentou bastante, porque queremos garantir que este concurso não fique deserto para podermos servir de facto a nossa comunidade e esperamos que tudo corra dentro da normalidade. ----------

As cadeiras serão no estrito cumprimento da lei. Com certeza, se for necessário adquirir novos equipamentos essa será a nossa prioridade. Nunca nos esquivamos às despesas relativamente à segurança das crianças, ao seu bem-estar e à qualidade das instalações que nos propusemos garantir.

José Augusto Sousa – PPD/PSD: *bem, esta era fácil de adivinhar, obviamente que esta perspetiva de transporte escolar já devia ter vindo no orçamento, mas atendendo à explicação que foi apresentada, retiro a minha intervenção.* ----------

Só duas notas sobre a questão das aprovações dos compromissos plurianuais eu pensei que íamos votar também a alteração ao orçamento devido aos incentivos aprovados na última sessão da assembleia municipal relativos à água que também são plurianuais e quanto a mim, obrigariam a uma alteração ao orçamento. Outra questão, que não é explícita, tendo em vista a redução de custos, do ponto de vista de quem vai investir, fazer um concurso anual, com certeza ficará mais caro. Se fosse um concurso plurianual e dado que se trata, nas palavras do senhor presidente, de um concurso internacional, não alteraria a complexidade do concurso caso estivéssemos perante um concurso plurianual com mais dois anos letivos. ----------

Presidente da Câmara: *o que poderia acontecer, atendendo às circunstâncias excecionais, se o fizéssemos para três anos, implicaria uma negociação ou uma renegociação. Sou adepto daquilo que o senhor está a dizer e fica sempre mais barato, apesar de as pessoas pensarem que é melhor tentar gerir ano a ano, mas concordo, porque o que acontece muitas vezes, no setor dos transportes, e foi isso que o inviabilizou, é conseguir os melhores preços, mas o que as empresas de transportes dizem é que não têm fôlego suficiente para terem uma estratégia de investimento e depois com autocarros velhos, com licenças a caducar e sempre com mais exigências torna-se mais difícil.*

E isso é que é negociar. Ponderámos baixar o valor, mas ao baixarmos o valor o concurso correria o risco de ficar deserto. ----------

Outros municípios fizeram contratos, uns ligeiramente abaixo, outros muito abaixo, e o que lhes vai acontecer é ficarem nas mãos dos respetivos transportadores, pois, quando ficarem com os concursos desertos, a lei permite fazer ajustes diretos, que vão custar muito mais dinheiro, situação que aconteceu o ano passado num município vizinho. Estamos a falar de aumentos na ordem dos 40%. É muito dinheiro e nós temos a responsabilidade de gerir bem o dinheiro, só que não podemos chegar a outubro e, à última da hora, ficarmos reféns das transportadoras.----------

Ficou salvaguardado que o município pagará apenas o serviço realizado, ou seja, se as aulas não forem presenciais, não serão assumidos quaisquer tipos de encargos, tal como aconteceu no contrato anterior, quando deixou de haver transportes em consequência da pandemia, a câmara também deixou de pagar. Tem de haver sempre um equilíbrio entre o interesse público e o interesse privado, e nós temos de defender o interesse público, agora não devemos defender o interesse público a qualquer custo, com prejuízo para a entidade privada. ----------

"Submetida à votação, foi deliberado, por maioria, com 28 votos a favor (23 do PS; 4 do PSD e 1 independente) e 1 abstenção do PCP/PEV, aprovar proposta de autorização prévia da assembleia municipal para a assunção do compromisso plurianual decorrente da celebração de um contrato de prestação de serviços de transporte escolar para os alunos do 1.º ciclo, ao abrigo do Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de janeiro, na sua redação em vigor.----------

No termo desta reunião, foi deliberado, por unanimidade, aprovar esta parte da ata em minuta.-

2ª REVISÃO ÀS GRANDES OPÇÕES DO PLANO DA CÂMARA MUNICIPAL DO ANO DE 2020

Ponto n.º 05 – Apreciação, discussão e votação da proposta de Revisão às Grandes Opções do Plano da Câmara Municipal, do ano de 2020. ----------

A presente revisão destina-se aos ajustamentos às estimativas com encargos para os anos de 2021, 2022 e 2023, relativamente à empreitada de ampliação e requalificação da zona industrial de Formariz e ao procedimento dos transportes escolares, através de concurso internacional.----------

Presidente da Câmara: *a revisão do orçamento está relacionada com os pontos anteriores que se prendem com os transportes escolares e com a zona industrial de Formariz.*----------

"Foi deliberado, por unanimidade, aprovar a proposta de segunda Revisão às Grandes Opções do Plano da Câmara Municipal, do 2020, conforme mapa que se anexa como documento a esta ata e dela fica a fazer parte integrante. ----------

No termo desta reunião, foi deliberado, por unanimidade, aprovar esta parte da ata em minuta.-

= ENCERRAMENTO =

------- E nada mais havendo a tratar foi encerrada a sessão pelo Presidente da Assembleia Municipal, pelo que de tudo, para constar, se lavrou a presente ata que depois de lida e aprovada vai ser assinada pelo presidente e pelas secretárias. ----------